

PARA: Presidente da Câmara, Dr. Hermínio Loureiro
Vice-Presidente, Dr. Ricardo Tavares
Vereadora, Dr.ª Gracinda Leal
Vereador, Dr. Isidro Figueiredo
Vereador, Dr. Pedro Marques

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO SANEAMENTO FINANCEIRO

Reporte a 31.dezembro.2015
Após encerramento das contas municipais

Oliveira de Azeméis, 22 de abril de 2016.




Este Documento Contém a Assinatura Digital Qualificada de:
NUNO JOSÉ PIMENTA DE OLIVEIRA GOMES Nº 715
CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL
22-04-2016 12:19:49

Nuno Gomes
Divisão M. Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação

\\srv-dados1\galco\Dados Partilhados\Análises Económicas e Financeiras\Saneamento
Financeiro_2006\Análise_Execução\2015_12_encerramento_contas\RAEPSF_1512_EC.docx

Despacho:

*Abraço. Responder em conformidade
com o proposto no ponto 8 do
presente relatório*



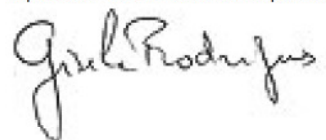
22/04/2016

Índice

Pág

1. Introdução	2
2. Empréstimo de Saneamento Financeiro	3
3. Execução Económico Financeira	4
4. Dívida Total Municipal	6
5. Equilíbrio Financeiro Municipal	7
5.1 Endividamento empréstimos de curto prazo	7
5.2 Dívida empréstimos médio e longo prazo	7
5.3 Endividamento Líquido	9
5.4 Dívida a Fornecedores	10
5.5 Passivos Financeiros	11
5.6 Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores	12
6. Execução Orçamental	13
7. Conclusões	14
8. Proposta	16

Apreciado - Assembleia Municipal de 29.04.2016



Este Documento Contém a Assinatura Digital Qualificada de:
GISELA CELESTE DE PINHO RODRIGUES Nº 899
TÉCNICO/A SUPERIOR
02-05-2016 10:12:04

1. INTRODUÇÃO

Este relatório atualiza o Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano Saneamento Financeiro emitido a 25 de janeiro 2016, com referência R-32.01.17-01/16.

De forma a dar cumprimento ao artigo 6º do Decreto-Lei n.º 38/2008 e à alínea c) n.º 4 Art.º 40º da Lei 2/2007 (Lei das Finanças Locais), o presente relatório visa o acompanhamento da Execução do *Plano Saneamento Financeiro* (PSF) aprovado em Assembleia Municipal de 5 de setembro de 2008 e do qual resultou a contratação de Empréstimo de Saneamento Financeiro no valor de 34.000.000€, com visto favorável do Tribunal de Contas de 24 de outubro de 2008 (processo n.º 1216).

Considerando os pontos 5 e 6 do Estudo e Plano de Saneamento Financeiro 2008, neste relatório de acompanhamento propõem-se analisar e evidenciar:

- Ponto de situação do empréstimo de saneamento financeiro.
- A taxa de execução anual, com dados reportados a 31.dezembro.2015 após encerramento das contas municipais, face à execução económico-financeira prevista no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2015.
- A evolução da dívida e endividamento Municipal (2007/2015)
- A evolução dos indicadores de equilíbrio económico-financeiro;
- As conclusões sobre o grau de cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, dos objetivos de equilíbrio financeiro e cumprimento da lei das finanças locais.

O relatório reporta a execução a 31.dezembro.2015 com dados atualizados após encerramento das contas municipais referentes ao exercício 2015 aprovadas em Reunião de Câmara de 22.abril.2016.

Submetido a despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos:

- enviar aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, em cumprimento do art.º 6.º do Decreto-Lei 38/2008;
- remeter para apreciação à Assembleia Municipal, em cumprimento do art.º 40.º da Lei 2/2007;
- publicar no sítio da internet do Município, após a apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento dos art.º 40.º e 49.º da Lei 2/2007.

2. EMPRÉSTIMO SANEAMENTO / CONSOLIDAÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

Contratado empréstimo de saneamento financeiro no valor de 34.000.000€, o Município procedeu a nove utilizações no montante global de 32.496.059,81€, sendo este exclusivamente direcionado para pagamento de créditos constantes da lista anexa ao contrato de empréstimo bancário, ficando garantido o não aumento de endividamento pela utilização do empréstimo.

O volume de utilizações do empréstimo (32.496.059,81€) ficou aquém do total contratado (34.000.000€) no valor de 1.503.940,19€.

Os motivos que originaram desvios entre o valor contratualizado e o efetivamente utilizado são globalmente identificados no quadro seguinte:

Descrição do motivo	Tipo de Entidade / Valor		
	Fornecedores C/C	Fornecedores de Imobilizado	Outros Credores
No período de utilização do empréstimo a entidade credora não apresentou documentos justificativos necessários à concretização do pagamento	2.639,24 €	4.053,01 €	942.534,78 €
Antecipação de pagamento crédito relativamente à data de aprovação do empréstimo de saneamento.	20.407,66 €	3.535,20 €	194.830,32 €
Aquisição de terrenos cujo processo não reuniu os requisitos necessários à conclusão/pagamento do crédito.		105.771,44 €	
Diferenças com origem na emissão de notas de crédito, estornos ou arredondamentos, relativos aos créditos da listagem anexa à contratualização do empréstimo de saneamento.	25.919,87 €	204.248,67 €	
Subtotais	48.966,77 €	317.608,32 €	1.137.365,10 €
TOTAIS		1.503.940,19€	

Tendo decorrido o período de carência de amortização do empréstimo até novembro de 2011, de forma a respeitar a imposição legal de redução do excesso da dívida com empréstimos médio e longo prazo, o Município procedeu a amortizações extra de capital no empréstimo de saneamento financeiro nos anos de 2009 (904.536€) e 2010 (705.625€) num total de 1.610.161€.

A partir de novembro.2011, no âmbito das prestações mensais, o Município procedeu à amortização de capital no empréstimo de saneamento financeiro no valor de 13.864.832,70€, sendo 513.306,20€ em 2011, 3.204.650,03€ em 2012, 3.341.687,54€ em 2013, 3.374.787,32€ em 2014 e 3.430.401,61€ em 2015.

À data de 31.dezembro.2015, o valor em dívida com empréstimo de saneamento financeiro totalizava 17.021.066,11€:

Data	Utilizações	Amortizações de Capital
Ano 2008	31.470.418,32 €	
Ano 2009	1.025.641,49 €	904.536,00 €
Ano 2010		705.625,00 €
Ano 2011		513.306,20 €
Ano 2012		3.204.650,03 €
Ano 2013		3.341.687,54 €
Ano 2014		3.374.787,32 €
Jan/Jun-2015		1.709.500,20 €
Jul-2015		285.988,57 €
Ago-2015		286.508,27 €
Set-2015		286.713,12 €
Out-2015		286.918,12 €
Nov-2015		287.286,71 €
Dez-2015		287.486,62 €
V. Acumulados ^(2008 a 2015)	32.496.059,81 €	15.474.993,70 €
Capital em dívida a 31.dezembro.2015 =	17.021.066,11 €	

3. EXECUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Conforme definido no ponto 5 do Estudo e Plano Saneamento Financeiro 2008, o Plano caracterizou-se pela fixação de limites máximos de custos e de investimentos e limites mínimos de proveitos que garantiam o objetivo macro municipal de equilíbrio económico-financeiro.

Uma política de contenção e o sistema implementado de controlo de recursos deverá garantir uma execução sem derrapagens ao objetivo macro de equilíbrio económico-financeiro, não obstante as necessidades de gestão de adaptação dos limites fixados no plano em consequência das variações ocorridas por fatores exógenos à organização, das obrigações e das competências municipais.

Para efeitos de análise comparativa com o *Plano Saneamento Financeiro*, considera-se exclusivamente: as compras, os custos e proveitos com impacto financeiro, o volume de investimento executado no ano e a contabilização dos movimentos relacionados com as participações externas ao investimento.

Execução Económico-Financeira

- Execução 2014 / Previsão anual 2015^{PSF} / Execução 2015 / Taxa Execução anual

Descrição	2014 Execução	2015		% de Execução
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	
1	2	3	4	5 = 4/3
PROVEITOS- (CUSTOS+INVESTIMENTO)	5.665.487 €	4.127.573 €	5.011.466 €	121,4%
CUSTOS DE ESTRUTURA:				
Compras	667.825 €	2.390.668 €	510.501 €	21,4%
Fornecimentos e Serviços Externos	7.813.581 €	5.919.878 €	7.977.670 €	134,8%
Transferências e Subsídios Correntes c/. Prest. Sociais	2.471.157 €	3.333.317 €	2.407.104 €	72,2%
Custos com Pessoal	9.738.839 €	12.127.623 €	10.756.257 €	88,7%
Outros Custos e Perdas Operacionais	231.394 €	92.716 €	275.399 €	297,0%
Custos e Perdas Financeiras	392.519 €	1.359.405 €	268.818 €	19,8%
Custos e Perdas Extraordinárias	1.008.744 €	2.354.136 €	1.401.642 €	59,5%
TOTAIS - CUSTOS DE ESTRUTURA	22.324.058 €	27.577.743 €	23.597.391 €	85,6%
TOTAIS – INVESTIMENTO	5.109.859 €	3.298.434 €	6.967.853 €	211,2%
TOTAIS - CUSTOS DE ESTRUTURA + INVESTIMENTO	27.433.917 €	30.876.177 €	30.565.244 €	99,0%
PROVEITOS				
Vendas e Prestação de Serviços	2.578.703 €	4.905.385 €	2.309.991 €	47,1%
Impostos e Taxas	10.953.833 €	11.465.087 €	12.253.318 €	106,9%
Proveitos Suplementares	1.822.990 €	1.575.906 €	2.011.464 €	127,6%
Transferências e Subsídios Obtidos	13.757.550 €	16.876.566 €	14.659.589 €	86,9%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	624 €	0 €	139 €	
Proveitos e Ganhos Financeiros	58.504 €	83.371 €	32.943 €	39,5%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	534.802 €	97.436 €	469.433 €	481,8%
TOTAIS – PROVEITOS	29.707.005 €	35.003.750 €	31.736.878 €	90,7%
Proveitos diferidos	3.392.399 €	0 €	3.839.832 €	
TOTAIS - PROVEITOS + PROV. DIFERIDOS	33.099.404 €	35.003.750 €	35.576.709 €	101,6%

Fonte: Res_Ev_Econ_Financ

No ano 2015, o volume de proveitos (31.736.878€) acrescido dos *proveitos diferidos*, relacionados com o recebimento de participações ao investimento (3.839.832€), apresentava uma taxa de execução de 101,6% do limite mínimo de proveitos previstos para o ano 2015 (35.003.750€).

O desvio positivo na execução global dos proveitos foi determinado pela execução das rubricas de *Proveitos diferidos*^{+3.839.832€}, *Impostos e taxas*^{+6,9%}, *Proveitos suplementares*^{+27,6%} e *Proveitos e ganhos extraordinários*^{+381,8%} compensando a execução abaixo do previsto nas restantes rubricas de proveitos (*Vendas e prestação de serviços*^{-52,9%}, *Transferências e subs. obtidos*^{-13,1%} e *Proveitos e ganhos financeiros*^{-60,5%}).

Considerando as rubricas mais relevantes, a execução de proveitos abaixo do estimado no PSF para o ano 2015, ocorreu:

- Nos proveitos relacionados com *Vendas e prestação de serviços* (-2.595.398€; -52,9%), pela diminuição do volume de receita relativa às atividades de abastecimento de água e saneamento no âmbito da sua concessão;
- Nos proveitos relacionados com *Transferências e subsídios obtidos* (-2.216.977€; -13,1%), pela diminuição do volume de transferências do Orçamento de Estado para o Município verificada nos últimos anos.

Os custos de estrutura e investimento apresentam uma taxa de execução de 99% dos limites máximos estimados no *Plano de Saneamento Financeiro* para o ano 2015 ficando abaixo do limite máximo em 310.933€ (30.876.177€^{E.PSF2015} vs 30.565.244€^{Execução.2015}).

Considerando as rubricas de custo/investimento mais significativas, a execução apresenta uma taxa anual superior ao estimado no PSF nas seguintes rubricas:

- + Investimento - taxa de execução 211,2%;
- + Outros Custos e Perdas Operacionais - taxa de execução 297,0%;
- + [Compras + Fornecimentos e Serviços Externos]¹ - taxa de execução 102,1%.

Esta tendência encontra-se compensada pela execução inferior ao previsto nas restantes rubricas, nomeadamente:

- Custos com Pessoal - taxa de execução 88,7%;
- Custos e Perdas Financeiras - taxa de execução 19,8%;
- Custos e Perdas Extraordinárias - taxa de execução 59,5%;
- Transferências e Subsídios Correntes - taxa de execução 72,2%.

Globalmente, da execução de custos/investimento e de proveitos com impacto financeiro resulta um superavit económico-financeiro de 5.011.466€, superando em 21,4%^(+883.892€) o valor estimado no Plano Saneamento Financeiro para o ano 2015 (4.127.573€).

A obtenção de um superavit acima do objetivo anual fixado para 2015 (+21,4%) permitiu atenuar o impacto na dívida municipal gerado pela contabilização do Fundo de Apoio Municipal (FAM) (ver ponto 4), determinando a redução anual da dívida global do Município em 4.547.210€.

O superavit gerado permitiu que se registre uma redução anual do endividamento líquido em 6.453.511€ e do endividamento de médio e longo prazo em 4.221.062€, conforme se demonstra nos pontos 4 e 5 deste relatório, acima dos limites mínimos legalmente estabelecidos.

¹ Na análise das rubricas *Compras e Fornecimentos e serviços externos* deve ter-se em consideração a alteração do critério contabilístico no registo dos custos relacionados com a iluminação pública. No momento da elaboração do Plano de Saneamento Financeiro esta aquisição era registada numa conta de compras, atualmente é registada na rubrica de *fornecimentos e serviços externos*. No ano 2015 os custos relacionados com iluminação pública ascenderam a 1.272.552€.

4. Dívida Total Municipal

No final de 2015, a dívida a terceiros de curto, médio e longo prazo totalizava o montante de 26.211.190€, registando uma redução de 4.547.210€ relativamente à dívida total reportada a 31.dezembro.2014 e uma redução acumulada de 28.973.979€ (-52,5%) relativamente ao ano que antecedeu a aprovação e implementação do Plano de Saneamento Financeiro (55.185.169€^{Dez.2007} vs 26.211.190€^{Dez.2015}).

Evolução Dívida Total Municipal - Comparativo 2007/2015

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Variação	
										2014/2015	2007/2015
Estrutura da Dívida Municipal:											
Dívida a Fornecedores conta corrente	15.642.229€	2.611.522 €	2.605.275 €	2.364.249 €	2.700.084 €	1.161.841 €	1.922.869 €	1.394.969 €	1.023.134 €	- 371.835 €	-14.619.095 €
Dívida a Estado Outros Entes Públicos	270.356 €	285.464 €	269.927 €	229.402 €	229.191 €	201.383 €	279.581 €	249.772 €	331.834 €	+ 82.062 €	+ 61.478 €
Dívida a Fornecedores de Imobilizado	15.198.099€	1.246.528 €	2.758.469 €	1.480.203 €	1.213.381 €	978.586 €	2.754.070 €	1.524.444 €	351.656 €	- 1.172.787 €	-14.846.443 €
Dívida ao Pessoal	39.022 €	32.784 €	17.874 €	24.962 €	23.933 €	911 €	921 €	383 €	37 €	- 347 €	- 38.985 €
Dívida a Outros Credores	8.719.545 €	2.135.820 €	1.734.764 €	3.606.866 €	4.193.701 €	2.848.565 €	2.491.815 €	1.197.501 €	2.541.644 €	+ 1.344.143 €	- 6.177.901 €
Dívida empréstimos bancários m/l prazo	15.315.918€	46.023.184€	44.348.642€	41.775.364€	39.325.344€	34.379.218€	30.424.577€	26.391.331€	21.962.885 €	-4.428.446 €	+6.646.967€
Dívida empréstimos bancários c/ prazo	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0€	0€
Dívida Municipal Total	55.185.169€	52.335.301€	51.734.951€	49.481.046€	47.685.633€	39.570.503€	37.873.832€	30.758.400€	26.211.190€	- 4.547.210€	- 28.973.979€

Fonte: Res_Ev_Econ_Financ

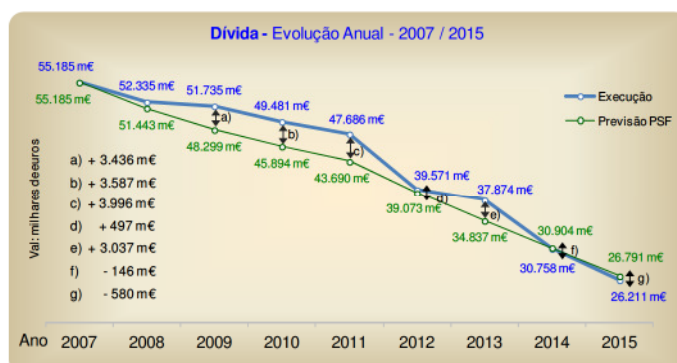
No ano 2015, a evolução da dívida foi prejudicada, pelo registo, conforme indicações SATAPOCAL, do valor de 1.580.992,71€ correspondendo à contribuição integral do Município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), a amortizar durante 7 anos em prestações semestrais. Tendo-se procedido a pagamentos em 2015 no valor de 225.856€, o montante em dívida ascende a 1.355.136,71€.

Apesar do impacto da contribuição para o FAM, a redução anual acima do previsto para o ano 2015 (-4.113.497€^{Previsão 2015} vs -4.547.210€^{Execução 2015}) permitiu manter o montante da dívida total abaixo dos valores previstos no plano.

Dívida Total Municipal – Comparativo: Estimativa Plano Saneamento Financeiro / Execução

Descrição	Ano 2015		Diferença Previsão PSF vs Execução	
	Previsão PSF	Execução	€	%
Estrutura da Dívida Municipal:				
Dívida a Fornecedores conta corrente	1.299.603 €	1.023.134 €	- 276.469 €	- 21,3%
Dívida a Estado Outros Entes Públicos	231.753 €	331.834 €	+ 100.081 €	+ 43,2%
Dívida a Fornecedores de Imobilizado	241.667 €	351.656 €	+ 109.990 €	+ 45,5%
Dívida ao Pessoal	0 €	37 €	+ 37 €	
Dívida a Outros Credores	907.969 €	2.541.644 €	+ 1.633.675 €	+ 179,9%
Dívida de empréstimos bancários m/l prazo	24.109.953 €	21.962.885 €	- 2.147.067 €	- 8,9%
Dívida de empréstimos bancários c/ prazo	0 €	0 €	0 €	
Dívida Municipal Total	26.790.943 €	26.211.190 €	- 579.753 €	- 2,2%

Fonte: Res_Ev_Econ_Financ



5. EQUILÍBRIO FINANCEIRO MUNICIPAL

O quadro 3 do *Estudo de Saneamento Financeiro*, considerando o definido nos artigos 39º e 37º da Lei 2/2007 e no artigo 3º do Dec. Lei 38/2008, apresentava a estimativa de evolução dos principais indicadores de equilíbrio financeiro municipal.

Os pontos abaixo apresentam os principais indicadores financeiros resultantes da execução a 31.dezembro.2015, comparando com os valores estimados no Estudo Saneamento Financeiro para o ano 2015 e a sua evolução no período de vigência do plano.

Novas regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, resultantes da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, vieram reforçar a necessidade de acompanhamento das metas económico-financeiras traçadas em Plano e um controlo apertado e rigoroso do seu desempenho.

A diminuição das transferências provenientes da participação do Município nos impostos do Estado (FEF + IRS) que se verificou nos anos 2011 a 2014 contribuíram significativamente para a inversão da tendência de aumento dos limites legais de endividamento prevista no Plano de Saneamento Financeiro, com impacto nos limites do *endividamento líquido*^(Ponto 5.3) e nos limites do capital em dívida com empréstimos médio e longo prazo^(Ponto 5.2).

5.1 Endividamento empréstimos de curto prazo

No final de 2015, o Município não apresentava valor em dívida relativo a *Empréstimos de Curto Prazo*. O limite de endividamento de Empréstimos Curto Prazo para o ano 2015 ascendia a 2.161.115 € (n.º 1, art.º 39 – Lei 2/2007).

Descrição	Ano 2014	Ano 2015		Diferença previsão PSF vs Execução	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Limite ao endividamento empréstimos curto prazo (n.º 1, art.º 39 - Lei 2/2007)	2.037.768 €		2.161.115 €		
Valor em dívida de Empréstimos de curto prazo	0 €	0 €	0 €	0 €	
Margem para o limite / (Montante em excesso)	2.037.768 €		2.161.115 €		

Fonte: Lim_Endividamento

A 31.dezembro.2015 existia autorização da Assembleia Municipal para a contratação de empréstimo de curto prazo, a utilizar no ano 2016, no montante de 1.000.000€.

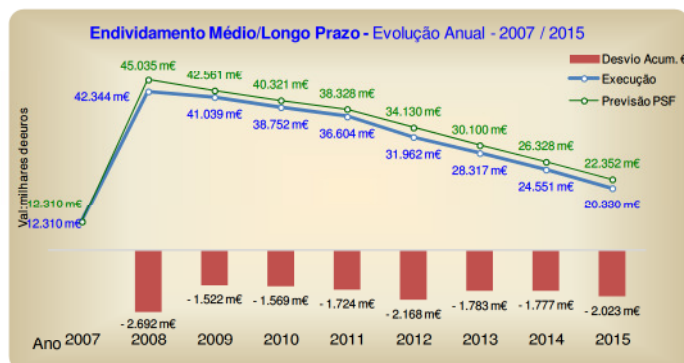
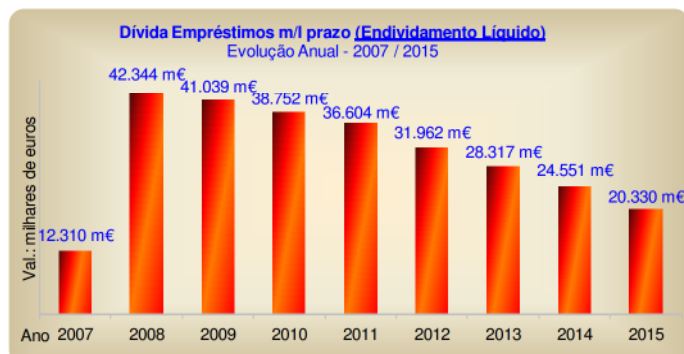
5.2 Dívida empréstimos médio e longo prazo

A 31.dezembro.2015, a dívida total com empréstimos bancários de médio e longo prazo totalizava 21.962.885€, registando uma diminuição de 4.428.446€ face a dezembro 2014. (21.962.885€^{Dez.2015} vs 26.391.331€^{Dez.2014})



Considerando exclusivamente os empréstimos com impacto no endividamento líquido, a dívida municipal com *empréstimos de médio e longo prazo* totalizava, no final de 2015, o montante de 20.329.536€, registando uma diminuição anual de 4.221.062€ (20.329.536€^{Dez.2015} vs 24.550.598€^{Dez.2014})

No exercício de 2008, a utilização do empréstimo de saneamento financeiro determinou o excesso do limite legal da dívida referente a *empréstimos médio e longo prazo* (n.º 2, art.º 39º - Lei 2/2007). Conforme definido no n.º 3, art.º 3º do Dec. Lei 38/2008, este excesso não prejudicou a contratação do empréstimo, ficando o Município obrigado à redução anual de 10% do montante em excesso (artº 39, nº3, Lei 2/2007).



Conforme se demonstra no quadro seguinte, o Município deu cumprimento à imposição legal de redução anual do endividamento de médio e longo prazo (n.º 3, art.º 39º - Lei 2/2007), quantificando-se esta dívida 2.022.678€ abaixo do montante previsto em PSF para o final de 2015 (20.329.536€^{Execução.2015} vs 22.352.214€^{Previsão.PSF.2015}).

Conforme previsão do Plano, a redução anual do endividamento de médio e longo prazo do ano 2015 situou a dívida abaixo do limite máximo legal, colocando o Município em situação de cumprimento do n.º 2 art.º 39.º da Lei 2/2007.

Descrição	Ano 2014	Ano 2015		Diferença previsão PSF vs Execução	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Limite empréstimos de médio e longo prazo (nº 2, art.º 39 - Lei 2/2007)	20.377.684 €	22.370.829 €	21.611.154 €		
Capital em dívida de Empréstimos M/L prazo a considerar no endividamento	24.550.598 €	22.352.214 €	20.329.536 €	- 2.022.678 €	- 9,0%
Margem para o limite / (Montante em excesso)	(4.172.915 €)	18.615€	1.281.618€		
Imposição legal de redução de endividamento (nº 3, art.º 39, Lei - 2/2007)	- 793.971€	- 430.443€	- 293.944€		
Redução ano da dívida de Empréstimos M/L prazo a considerar no endividamento	- 3.766.799€	- 3.975.607€	- 4.221.062€	- 245.456 €	- 6,2%
Margem p/ limite redução/(Insuficiência de Redução)	2.972.827€	3.545.164€	3.927.118€		

Fonte: Lim_Endividamento

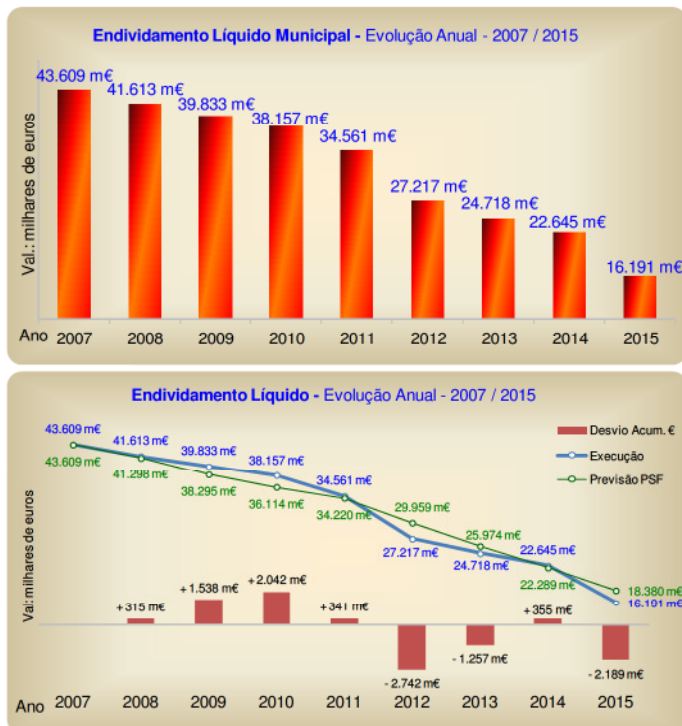
5.3 Endividamento Líquido

No final de 2015, o endividamento líquido municipal totalizava 16.191.011€, registando uma diminuição de 6.453.511€ face a dezembro.2014, acumulando um decréscimo de 27.418.487€ relativamente a dezembro.2007.

No ano 2014, a evolução do endividamento líquido municipal ficou condicionada pelo processo de dissolução e de internalização da empresa municipal GEDAZ, E.E.M..

A conclusão do processo de internalização da GEDAZ, conforme escritura de liquidação de 30.out.2014, determinou a redução do valor de participações de capital registado no Balanço do Município, prejudicando o indicador de endividamento líquido no valor de 3.523.950€.

Desde janeiro.2014 o endividamento líquido do Município encontra-se abaixo do limite de endividamento líquido, conforme estabelecido pela Lei 2/2007.



A redução anual superior ao previsto em Plano (-6.453.511€^{Execução2015} vs -3.909.646€^{Previsão PSF}) permitiu fixar o endividamento líquido abaixo do valor previsto no PSF para 2015 (18.379.586€), totalizando 16.191.011€ no final de 2015.

Descrição	Ano 2014	Ano 2015		Diferença previsão PSF vs Execução	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Limite ao endividamento líquido (nº 1, artº 37º - Lei 2/2007)	25.472.105 €	27.963.536 €	27.013.943 €		
Endividamento Líquido	22.644.522 €	18.379.586 €	16.191.011 €	- 2.188.575 €	- 11,9%
Margem para o limite / (Montante em excesso)	2.827.583 €	9.583.950 €	10.822.932 €		
Imposição Legal de Redução Anual do endividamento (10% do excesso – nº 2 artº 37º - Lei 2/2007)	0 €	0 €	0 €		
Redução anual do Endividamento Líquido Municipal	-2.073.033 €	-3.909.646€	-6.453.511 €	- 2.543.865 €	
Margem legal de redução do endividamento / (Insuficiência de redução)	-	-	-		

Fonte: Lim_Endividamento

5.4 Dívida a Fornecedores

A dívida a fornecedores totaliza 1.374.791€, valor que representa 3,98% das receitas totais do ano anterior.

Registando uma redução anual de 1.544.622€, o volume de dívida a fornecedores fixou-se em 1.374.791€, contrapondo com o total de 2.919.413€ registado em dezembro.2014.



Mantendo a tendência de diminuição verificada no ano anterior, a redução anual de 1.544.622€ verificada em 2015 permitiu fixar o montante da dívida a fornecedores abaixo do valor previsto em PSF para o ano 2015 em -166.479€.



O saldo da dívida a fornecedores à data de 31.dez.2015 deve-se em grande parte

ao volume de assunção de compromissos do último trimestre do ano, não resultando do mesmo créditos com atraso de pagamento sob responsabilidade do Município.

Descrição	Ano 2014	Ano 2015		Diferença previsão PSF vs Execução	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Fornecedores	1.394.969 €	1.299.603 €	1.023.134 €	- 276.469 €	- 21,3%
Fornecedores de imobilizado	1.524.444 €	241.667 €	351.656 €	+ 109.990 €	+ 45,5%
Credores pela Execução do Orçamento - Despesa	0 €		0 €		
Consultores, Assessores e Intermediários	0 €		0 €		
Dívida total a Fornecedores	2.919.413 €	1.541.270 €	1.374.791 €	- 166.479 €	- 10,8%
Limite mínimo de equilíbrio - 40% da Receita total ano anterior - (Artº 3º-n.4-b) Dec.Lei 38/08)	15.112.029 €	13.772.895 €	13.800.699 €		
Margem de equilíbrio financeiro / (Montante em excesso para o equilíbrio financeiro)	12.192.617 €	12.231.625 €	12.425.908 €		

Fonte: Lim_Endividamento

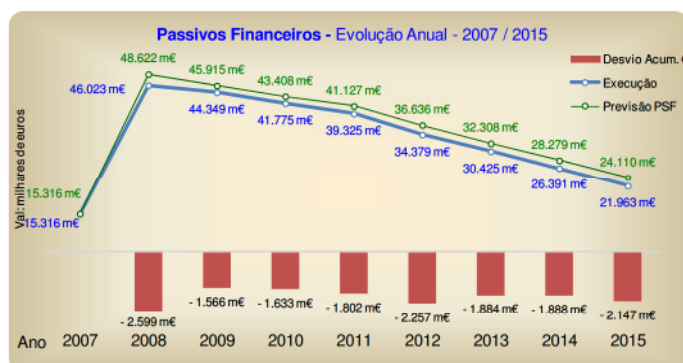
Com um volume de dívida a fornecedores dentro dos limites de equilíbrio legalmente estabelecidos (Artº 3º-n.4-b) Dec.Lei 38/08) e mantendo a evolução positiva, o Município deve prosseguir os objetivos de manutenção dos montantes previstos no Plano de Saneamento Financeiro.

5.5 Passivos Financeiros

No final do ano 2007 os *passivos financeiros* do município totalizavam 15.315.918€. A contratação e utilização do empréstimo de saneamento financeiro determinou o aumento deste passivo no final do ano 2008 para o valor de 46.023.184€.

Com um volume global de 4.428.446€ de amortizações dos empréstimos de médio/longo prazo durante o ano 2015, os passivos financeiros totalizam o montante de 21.962.885€ à data de 31.dezembro.2015, situando-se 2.147.067€ abaixo do montante previsto em PSF para o final deste exercício.

No final de 2015, os passivos financeiros representam 59,9% da Receita total do ano, com equilíbrio do limite definido no Art.º 3º, n.º 4 – c) do Dec.Lei 38/2008 (Passivos Financeiros inferior a 200% da Receita Total do ano).

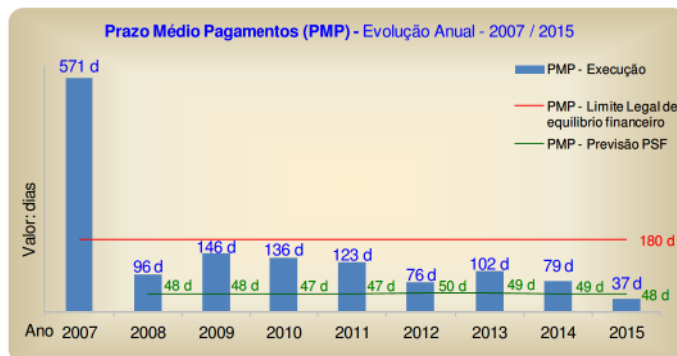


Descrição	Ano 2014	Ano 2015		Diferença previsão PSF vs Execução	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Empréstimos bancários	26.391.331 €	24.109.953 €	21.962.885 €		
Passivos Financeiros Totais	26.391.331 €	24.109.953 €	21.962.885 €	- 2.147.067 €	- 8,9%
Receitas totais ano (ano n)	34.501.746 €	35.003.750 €	36.659.536 €		
200% da Receita total ano (ano n) - Artº 3º-n.4-c) Dec.Lei 38/2008	69.003.493 €	70.007.501 €	73.319.072 €		
Margem de equilíbrio financeiro / (Montante em excesso para o equilíbrio financeiro)	42.612.161 €	45.897.548 €	51.356.186 €		

Fonte: Lim_Endividamento

5.6 Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores

Conforme *Plano Saneamento Financeiro* e considerando a utilização integral do empréstimo de saneamento, estimou-se que no final 2015 a dívida a fornecedores representaria um PMP de 48 dias. A execução económica e o volume de pagamentos verificado em 2015 permitiram uma recuperação deste rácio relativamente a dezembro.2014, mantendo a evolução positiva registada no ano anterior. A 31.dezembro.2015 a dívida a fornecedores representava um PMP de 37 dias.



Cumprindo o limite mínimo de 180 dias de PMP definido no Art.º 3º, n.º 4 d) do Dec. Lei 38/2008, este indicador situa-se, em 31.dezembro.2015, 11 dias abaixo do PMP estimado no Plano de Saneamento Financeiro e apresenta uma diminuição de 42 dias face a dezembro.2014.

Descrição	Ano 2014	Ano 2015		Diferença previsão PSF vs Execução	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Dívida a Fornecedores	2.919.413 €	1.541.270 €	1.374.791 €	- 166.479 €	- 10,8%
Aquisições bens e serviços últimos 12 meses	13.565.665 €	11.608.980 €	13.739.415 €	+ 2.130.435 €	+ 18,4%
Prazo médio de pagamentos	79 dias	48 dias	37 dias	- 11 dias	
Limite PMP - Artº 3º-n.4-d) Dec.Lei 38/2008	180 dias	180 dias	180 dias		
Margem de Equilíbrio / (Montante em excesso para o equilíbrio financeiro)	101 dias	132 dias	143 dias		

Fonte: Lim_Endividamento

6. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No ano 2015, a *Despesa* do Município totalizou 36.747.435€ e a *Receita Total* ascendeu a 36.659.536€, representando uma taxa de execução de 105,0%^{despesa} e 104,7%^{receita total} face aos montantes previstos no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2015.

Apresentando desvios entre rubricas, globalmente a execução orçamental evidencia uma execução anual com cumprimento dos valores estimados no Plano de Saneamento Financeiro, apresentando um volume de despesa superior em 1.757.761€ e uma execução de receita superior em 1.655.785€ face aos valores previstos.

Execução Orçamental

Comparativo 2008-2015 – Estimativa 2015 / Execução 2015

(valores em euros)

Descrição	Execução								2015		% de Execução
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	PREVISÃO	EXECUÇÃO		
Saldo Inicial Conta de Gerência	1.390.574	1.259.453	187.153	853.231	2.046.829	1.366.156	2.634.917	1.743.643	2.131.049		
Despesa Corrente											
Despesas com o Pessoal	10.767.297	10.563.188	10.912.326	10.183.523	8.906.013	9.846.579	9.835.467	12.123.079	10.428.842	86,0%	
Aquisição de Bens e Serviços	13.586.631	7.711.148	8.200.180	8.057.607	9.378.126	8.286.291	8.432.896	8.683.497	8.771.742	101,0%	
Juros e Outros Encargos	2.623.187	1.697.378	839.440	893.831	926.729	531.812	425.561	1.359.405	272.129	20,0%	
Transferências Correntes	6.664.900	2.923.286	3.251.485	4.220.949	3.558.709	2.958.811	2.856.419	3.319.338	2.366.014	71,3%	
Outras Despesas Correntes	528.074	689.278	1.100.854	718.365	819.543	578.110	373.602	92.716	410.557	442,8%	
Totais - Despesa Corrente	34.170.089	23.584.279	24.304.284	24.074.276	23.589.120	22.201.603	21.923.945	25.578.035	22.249.284	87,0%	
Despesa Capital											
Aquisição de Bens de Capital	26.082.575	4.435.686	3.734.432	3.720.587	2.662.908	6.167.379	6.505.823	2.891.667	7.898.442	273,1%	
Transferências de Capital	4.332.653	2.139.216	1.536.763	1.801.780	1.283.735	2.308.886	1.248.262	2.350.493	876.252	37,3%	
Ativos Financeiros	2.841	175.272	13.551	999	13.200	4.000	8.325	0	228.356		
Passivos Financeiros	2.555.025	4.371.584	3.158.051	2.450.020	5.596.126	5.756.173	4.898.187	4.169.479	5.428.446	130,2%	
Outras Despesas de Capital	143.609	76.948	0	0	0	260.881	282.562	0	66.654		
Totais - Despesa Capital	33.116.703	11.198.706	8.442.798	7.973.385	9.555.969	14.497.319	12.943.159	9.411.638	14.498.151	154,0%	
Despesa Total	67.286.792	34.782.985	32.747.082	32.047.661	33.145.089	36.698.921	34.867.104	34.989.674	36.747.435	105,0%	
Receita Corrente											
Impostos Diretos	8.925.226	7.971.903	8.549.571	9.053.377	8.745.941	9.792.318	10.374.967	10.080.051	11.214.145	111,3%	
Impostos Indiretos	119.686	133.048	222.907	175.805	250.459	90.770	78.251	697.340	344.121	49,3%	
Taxas, Multas e Outras Penalid.	721.824	642.834	795.196	688.054	755.375	708.342	795.679	785.131	721.750	91,9%	
Rendimentos de Propriedade	101.250	38.249	41.127	40.191	20.257	119.837	46.703	83.371	45.653	54,8%	
Transferências Correntes	10.745.483	11.154.785	11.067.754	10.779.369	10.173.683	11.705.675	12.887.826	12.379.283	13.978.299	112,9%	
Venda Bens/Serviços Correntes	5.200.125	5.958.487	6.308.923	6.036.123	6.041.741	5.938.767	4.412.219	6.364.692	3.556.098	55,9%	
Outras Receitas Correntes	251.702	868.215	248.992	258.575	472.567	460.277	510.606	116.598	757.489	649,7%	
Totais - Receita Corrente	26.065.296	26.767.520	27.234.470	27.031.493	26.460.023	28.815.985	29.106.251	30.506.467	30.617.555	100,4%	
Receita Capital											
Vendas Bens de Investimento	560.105	26.585	7.538	1.565	223.002	99.734	70.380	0	41.097		
Transferências de Capital	6.922.517	4.633.747	4.957.726	6.210.751	5.162.159	7.006.949	4.421.791	4.497.284	4.802.476	106,8%	
Ativos Financeiros	0	0	0	3.107	3.343	4.680	4.878	0	6.000		
Passivos Financeiros	33.295.886	2.757.641	570.000	0	650.000	1.801.531	864.942	0	1.000.000		
Outras Receitas de Capital	36.640	10.768	673	598	1.489	1.266	249	0	17.448		
Totais - Receitas Capital	40.815.148	7.428.741	5.535.937	6.216.021	6.039.993	8.914.160	5.362.240	4.497.284	5.867.020	130,5%	
Outras Receitas	42.988	83.917	90.227	23.781	76.803	49.928	33.255	0	174.960		
Recelta Total	66.923.433	34.280.178	32.860.634	33.271.296	32.576.819	37.780.073	34.501.746	35.003.750	36.659.536	104,7%	
Saldo Anual Operações de Tesouraria	+ 232.238	-569.493	552.526	-30.037	-112.402	187.609	-138.510		201.284		
Saldo Final Conta de Gerência	1.259.453	187.153	853.231	2.046.829	1.366.156	2.634.917	2.131.049	1.757.720	2.244.434		

Fonte: Orçamental

7. CONCLUSÕES

- 7.1** No final de 2015, o capital em dívida do empréstimo *de saneamento financeiro* totalizava 17.021.066,11€.
Do montante contratualizado (34.000.000,00€), o Município utilizou 32.496.059,81€ e efetuou amortizações de capital no valor global de 15.474.993,70€ (dos quais 1.610.161,00€ relativos a amortizações extraordinárias). Ponto 2
- 7.2** As contas municipais a 31.dezembro.2015 apresentam uma taxa de execução de custos de estrutura e de investimento de 99,0% dos limites máximos previstos no plano de saneamento financeiro para o ano 2015, situando-se abaixo dos limites máximos estimados em 310.933€ (30.876.177€^{E.PSF2015} vs 30.565.244€^{Execução_2015}). Do lado dos proveitos com impacto financeiro a execução anual representa 101,6% dos limites mínimos previstos para 2015, com um desvio de +572.959€ relativamente às verbas totais estimadas para 2015 (35.003.750€^{E.PSF2015} vs 35.576.709€^{Execução_2015}). Ponto 3
Globalmente, da execução de custos/investimento e de proveitos com impacto financeiro resulta um superavit económico-financeiro de 14,09%^{s/proveitos}, no montante de 5.011.466€, superando em 883.892€ (+ 21,4%) o valor estimado no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2015 (4.127.573€).
- A execução económico-financeira de 2015 permitiu uma redução da **dívida total** do Município em 4.547.210€. O registo do valor integral da contribuição do Município (1.580.992,71€) para o FAM - Fundo de Apoio Municipal, a pagar durante 7 anos, condicionou a evolução da dívida total. No final de 2015 o montante do FAM em dívida ascende a 1.355.136,71€. Ponto 4
Quantificando-se em 26.211.190€, a dívida total situa-se abaixo do montante estimado para o final de 2015 em 579.753€ (-2,2%).
- A **dívida a fornecedores** no final de 2015 quantifica-se em 1.374.791€, registando uma diminuição anual de 1.544.622€ e situando-se 166.479€ abaixo do montante estimado em plano de saneamento financeiro para o final de 2015. Pontos 5.4, 5.6
- O **endividamento líquido** municipal regista uma diminuição anual de 6.453.511€. Acumulando um decréscimo no montante de 27.418.487€ desde a implementação do plano de saneamento financeiro, o endividamento líquido municipal totaliza 16.191.011€, situando-se 2.188.575€ abaixo do montante estimado para o final do ano 2015 (18.379.586€). Ponto 5.3
- Na vertente **orçamental**, verifica-se uma execução próxima dos níveis de receita e despesa previstos, evidenciando uma taxa de execução de 105,0% na *Despesa* e de 104,7% na *Receita Total*, face às verbas orçamentais previstas no Plano Saneamento Financeiro para o ano 2015. Ponto 6
- Globalmente, a execução económico-financeira do ano 2015 permitiu manter a recuperação dos principais indicadores da dívida e do endividamento municipal, superando as metas definidas no Plano de Saneamento Financeiro.

7.3 No que respeita aos objetivos de equilíbrio financeiro e cumprimento da Lei da Finanças Locais, as contas municipais a 31.dezembro.2015 demonstram:

- O cumprimento do *Artigo 40º n.º 1 da Lei 2/2007* - Da operação de saneamento financeiro não resultou o aumento do *Endividamento Líquido Municipal*. Ponto 2
- A **dívida total** do Município registou uma diminuição anual de 4.547.210€ (26.211.190€^{Dez.2015} vs 30.758.400€^{Dez.2014}), acumulando uma redução relativamente ao exercício antecedente ao saneamento financeiro de 28.973.979€ (26.211.190€^{Dez.2015} vs 55.185.169€^{Dez.2007}). Pontos 4; 5.2 e 5.4
- Cumprimento do n.º 3, Artigo 39.º da Lei 2/2007 - A dívida referente a **empréstimos de médio e longo prazo** com impacto no endividamento líquido totaliza 20.329.536€, registando uma diminuição anual de 4.221.062€. Valor que supera em 3.927.118€ a imposição legal de redução anual do endividamento de médio e longo prazo (293.944€) e situando a dívida abaixo do limite máximo em cumprimento do art.º 39.º da Lei 2/2007. Ponto 5.2
- Cumprimento do Artigo 37.º da Lei 2/2007 - Apresentando uma redução anual do **Endividamento Líquido Municipal** no montante de 6.453.511€ (16.191.011€^{Dez.2015} vs 22.644.522€^{Dez.2014}), o Município encontra-se abaixo do limite máximo em cumprimento do artigo 37.º da Lei 2/2007. No final de 2015 o endividamento líquido municipal situava-se em 16.191.011€. Ponto 5.3
- Respeito pelo limite máximo de 40% definido na *alínea b) n.º 4, Artigo 3º do Decreto-Lei 38/2008* – O volume de **dívida a fornecedores** representa 3,98% das *receitas totais* do ano anterior, apresentando uma diminuição de 1.544.622€ face à dívida registada no final de 2014. Ponto 5.4
- Respeito pelo limite fixado no *Artigo 3º, n.º 4 c) do Dec. Lei 38/2008* – (Valor dos Passivos Financeiros inferior a 200% da receita total do ano) – Os passivos financeiros do Município representam 59,9% das Receitas Totais do ano. Ponto 5.5
- Respeito pelo prazo de 180 dias definido no Artigo 3º nº 4 d) do Decreto-Lei 38/2008 – A 31.dezembro.2015, a dívida a fornecedores representava um prazo médio de pagamento (PMP) de 37 dias. Ponto 5.6
Situando-se 11 dias abaixo do estimado no Plano de Saneamento Financeiro, verifica-se uma diminuição de 42 dias face ao PMP registado em dezembro.2014.

7.4 O referido nos pontos 7.2 e 7.3 evidencia que a Gestão Municipal persegue os objetivos fundamentais de equilíbrio económico-financeiro e de cumprimento da lei das finanças locais.

O nível de execução económico-financeira registado em 2014 e 2015 permitiu uma recuperação dos desvios verificados na dívida e endividamento líquido face aos montantes previstos no PSF.

Mantendo uma gestão rigorosa dos recursos disponíveis e com respeito pelas metas traçadas, o Município deverá prosseguir nos objetivos de redução da dívida e do endividamento em linha com os montantes previstos no Plano de Saneamento Financeiro e que assegurem a inexistência de créditos vencidos.

8. PROPOSTA

Submetido a despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, propomos que ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos:

- enviar aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, em cumprimento do art.º 6.º do Decreto-Lei 38/2008;
- remeter para apreciação à Assembleia Municipal, em cumprimento do art.º 40.º da Lei 2/2007;
- publicar no sítio da internet do Município, após a apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento dos art.º 40.º e 49.º da Lei 2/2007.

Oliveira de Azeméis, 22 de abril de 2016.



Este Documento Contém a Assinatura Digital Qualificada de:
NUNO JOSÉ PIMENTA DE OLIVEIRA GOMES Nº 715
CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL
22-04-2016 12:18:38

Nuno Gomes

Divisão M. Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação

\\srv-dados1\gaicg\Dados Partilhados\Análises Económicas e Financeiras\Saneamento Financeiro_2008\Análise_Execução\2015_12_encerramento_contas\RAEPSF_1512_EC.docx